

A CAMPANHA DA LEGALIDADE NAS PÁGINAS D'O NACIONAL

THE LEGALITY CAMPAIGN ON THE PAGES OF *O NACIONAL*

LA CAMPAÑA DE LA LEGALIDAD EN LAS PÁGINAS DE *O NACIONAL*

Andre de Souza Pereira*

Resumo: O presente trabalho se propõe a fazer uma análise da crise política de 1961, tendo como fonte o jornal impresso *O Nacional*, fundado em 1925, em Passo Fundo, no norte gaúcho. Compreendemos como crise política de 1961, conforme nos aponta Jorge Ferreira, os eventos que se sucederam no Brasil após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, até a posse negociada de seu vice-presidente legítimo, João Goulart, no dia 7 de setembro do mesmo. Diante da tentativa de impedimento da posse de Goulart, por parte dos ministros militares e órgãos conservadores, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, neste hiato de tempo, mobilizou a população em favor da posse de João Goulart num movimento conhecido por Campanha da Legalidade.

Palavras-Chave: Campanha da Legalidade. João Goulart. Leonel Brizola

Abstract: The purpose of this work is to make an analysis of the political crisis of 1961, using as source the newspaper *O Nacional*, founded in 1925, in Passo Fundo, in the north of Rio Grande do Sul. By political crisis of 1961, as Jorge Ferreira points out, we understand the events that occurred in Brazil after the renounce of the president Jânio Quadros, in August 25 th , 1961, until the negotiated inauguration of his rightful vice-president, João Goulart, on September 7 th of the same year. On the attempt of impeachment of Goulart's inauguration by the military ministers and conservative parts, the governor of Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, in this hiatus, mobilized the population in favor of João Goulart's inauguration, a movement known as the Legality Campaign.

Key words: Legality Campaign. João Goulart. Leonel Brizola.

Resumen: El presente trabajo se propone a hacer un análisis de la crisis política de 1961, teniendo como fuente el periódico impreso *O Nacional*, fundado en 1925 en Passo Fundo, al norte del Rio Grande do Sul. Compreendemos como crisis política de 1961, según nos apunta Jorge Ferreira, los eventos que se sucedieran en Brasil tras la renuncia del presidente legítimo, João Goulart, al día 7 de septiembre del mismo año. Ante el intento de impedimento de la pose de Goulart, por parte de los ministros militares y órganos conservadores, el gobernador del Rio grande do Sul, Leonel Brizola, en este hiato de tiempo, movilizó a la población a favor de la pose de João Goulart en un movimiento conocido como Campaña de la Legalidad.

Palabras Clave: Campaña de la Legalidad. João Goulart. Leonel Brizola.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo e bolsista PROSUP/CAPES. O presente texto é parte do Trabalho de Conclusão de Curso do autor, apresentado no curso de História da mesma universidade, em dezembro de 2017. E-mail: andrepereira26@live.com.

Considerações iniciais

Com a renúncia de Jânio Quadros no dia 25 de agosto de 1961, Ranieri Mazzili, então presidente da Câmara, assume a presidência em virtude de o vice-presidente João Goulart encontrar-se no exterior. Após Mazzili pronunciar-se publicamente sobre o retorno de Goulart, manifestando-se contrário pela indicação dos ministros militares, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, passou a se mobilizar para garantir a posse de Jango. Não contando com o apoio do Exército, Brizola precisava que a opinião pública fosse mobilizada em torno do movimento denominado Campanha da Legalidade. Ele assim o fez, tomando a Rádio Guaíba de Porto Alegre, criando a Cadeia Radiofônica da Legalidade e transmitindo sua programação para todo o país e exterior (FERREIRA, 2016, p. 326-328).

O Ministro da Guerra, Odílio Denys, havia dado ordens para a Força Aérea Brasileira e o III Exército bombardearem o Palácio Piratini, assim como seria enviada uma Força Tarefa da Marinha para o estado. Surpreendendo Brizola e a população, que já esperava por uma guerra civil, o comandante do III Exército, general Machado Lopes, rompia com Denys, apoiando a Legalidade. Agora, além da população e da transmissão da Cadeia da Legalidade, Brizola tinha o apoio militar que fortaleceu o movimento, evitando o derramamento de sangue. A População civil e militar estava unida pela mesma causa: defender o Palácio Piratini do bombardeio (FERREIRA, 2016, p. 328- 330).

A maior possibilidade de guerra civil ocorreu no dia 31 de agosto de 1961. O comando da base aérea de Canoas, afinado com o ministro da Guerra, dava ordens para bombardear o Palácio. O bombardeio somente não ocorreu por conta da insubordinação dos soldados (FERREIRA, 2016, p.331). A intenção dos militares golpistas (termo utilizado pelo jornal *O Nacional* e pelos envolvidos na Campanha da Legalidade) seria pressionar o congresso para que este se posicionasse contra Goulart. Porém, os partidos não aderiram à ideia, estando o PTB clamando pela posse imediata de Jango, e o PSD e a UDN unidos por uma negociação em favor de um governo parlamentarista com Goulart (FERREIRA, 2016, p. 334).

Em 31 de agosto João Goulart desembarcava em Montevidéu, onde encontrou Tancredo Neves, que propôs a solução parlamentarista, a qual foi aceita pelo vice-presidente. A emenda foi votada e aprovada pela Câmara, para o descontentamento de Brizola e parte da população que esperavam que os termos da constituição de 1946, quanto ao presidencialismo, fossem mantidos sem modificações para agradar determinados grupos (FERREIRA, 2016, p. 335).

A Campanha da Legalidade: Posicionamentos

Na madrugada de 27 de agosto de 1961, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, pronunciava-se na *Rádio Guaíba* de Porto Alegre, dando início ao que ficou conhecido de Campanha da Legalidade. As instalações e os serviços da emissora ficaram inteiramente à disposição de Brizola como emissora oficial, sendo transmitida diretamente do Palácio Piratini.

O Nacional transcreveu de forma literal o manifesto de Leonel Brizola explicando aos ouvintes a situação do vice-presidente João Goulart, já denunciando um golpe que queria se justificar pela vacância da presidência da República em virtude deste se encontrar no exterior. Brizola informava aos ouvintes que Jango realmente estava viajando, mas que este tomaria posse assim que retornasse. A reportagem intitulada de *Dramática proclamação do Governador do Rio Grande do Sul!* mostrava o então governador chamando os denominados golpistas de ridículos sugerindo que os mesmos deveriam “*aprender o ABC de civismo para poder voltarem a servir a nação*”. Ainda nesta ocasião, Brizola dizia ter esperado se confirmar a informação sobre ameaça de golpe, tendo sido esta afiançada pelo marechal Henrique Teixeira Lott. A certeza das conspirações contra a posse de Goulart teria chegado no início da noite do dia 26 de agosto. Brizola denunciava que “*círculos federais, não apenas da política e da politicagem, mas inclusive explorando e reunindo em torno dessas intenções macabras alguns chefes militares*”.¹

Chamando o marechal Lott de “velho soldado” e ressaltando ser este “*um homem com autoridade moral*”, Brizola retransmitia a informação dada por aquele de que o Ministro da Guerra, Odílio Denys, articulava a prisão de João Goulart assim que chegasse em território nacional, impedindo sua posse. Com relação à posição do ministro, Brizola não acreditava que os soldados compartilhassem da mesma, apelando a esses: “*A ti soldado do Brasil, das nossas forças públicas, Exército, Marinha e aeronáutica*”.²

Mas a principal intenção de Leonel Brizola ao manifestar-se contra o golpe em curso, era deixar bem claro à população sul-riograndense que ele resistiria, sendo este o posicionamento do governo estadual. Buscando mobilizar a opinião pública, Brizola chamava a população para resistir em nome da constituição, pedindo para que cada um fizesse o que fosse possível contra “*o regime do arbítrio, o regime do abuso da autoridade, em nosso país*”:

Nós que governamos o Rio Grande do Sul, não aceitaremos quaisquer golpes, não assistiremos passivamente quaisquer atentados às liberdades públicas e a ordem constitucional. Reagiremos como estiver ao nosso alcance. Nem que seja para sermos esmagados. Mas defenderemos as nossas tradições. A constituição do país tem que ser respeitada.³

Na mesma página da edição, a nota *Últimos telegramas* já trazia os efeitos do manifesto do governador e do golpe em curso. Era informado que havia distribuição de armas no Piratini para os civis, estando três mil estudantes portando armas e munições. O alerta para a greve geral também era acionado caso ocorresse algum ataque ao Palácio. Moradores que residiam nas proximidades abandonavam suas casas temendo a uma guerra. As rádios *Gaúcha* e *Farroupilha* foram fechadas por ordem do Ministro da Guerra. E, por fim, marechal Lott, ex-ministro da guerra, que informara Brizola sobre o golpe, foi preso.⁴

Os efeitos do manifesto também estavam incluídos na primeira página de *O Nacional* daquela edição. A nota *Últimos Telegramas* informava o leitor sobre a distribuição de armas para civis no Palácio Piratini, o fechamento das rádios *Gaúcha* e *Farroupilha* por ordem de Odílio Denys e a prisão de Marechal Lott após comunicar um manifesto informando as intenções do ministro da Guerra.⁵

O manifesto de Lott aos militares foi entregue por Rui Ramos, representante do governo do Rio Grande do Sul em Brasília, e posteriormente publicado na imprensa. O ato deste marechal que ainda gozava de muito prestígio dentro das patentes militares só ocorreu após ele ter telefonado ao então ministro da guerra pedindo para que esse parasse com as conspirações contra Goulart. Obtendo a negativa de Odílio Denys, Lott escreve a carta “*Aos meus camaradas das forças armadas*”:

Todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, aos estudantes e intelectuais, aos operários e ao povo em geral para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação integral ao regime democrático brasileiro, certo ainda de que meus nobres camaradas das forças armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da Pátria.⁶

Em meio ao clima de tensão que aumentava em Porto Alegre, e a notícias de censura e repressão chegando de diversas cidades do país, o presidente da república em exercício, Ranieri Mazzili, declarava estar o Brasil em situação de normalidade, pedindo para a população não acreditar em “agitadores profissionais” referindo-se a Brizola e seus apoiadores.⁷ Porém, Mazzili estava articulando junto com os ministros militares o impedimento da posse de Jango, escrevendo a seguinte mensagem ao Congresso:

Tenho a honra de comunicar-lhes que os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas responsáveis pela ordem interna, acabam de informar-me da inoportunidade do regresso ao país do sr. João Goulart, por razões de segurança nacional.⁸

A adesão das emissoras de rádio e da população ao movimento ganhava a cada dia que passava maior repercussão. Na reportagem de *O Nacional* intitulada “*Todas as emissoras com a LEGALIDADE*”, era informado ao leitor que todas as emissoras de Porto Alegre haviam aderido à programação da Cadeia da Legalidade, tendo a façanha se espalhado para mais de quarenta emissoras do interior do estado.⁹ Em contrapartida dessa adesão, era noticiado dias depois que

todas as emissoras gaúchas, que haviam deixado de transmitir o programa *Voz do Brasil*, em virtude da Cadeia, estariam com suas concessões cassadas pelo governo federal.¹⁰

Os soldados da Brigada Militar estavam todo esse tempo ao lado dos manifestantes populares e do governador, na guarda do Palácio Piratini contra as “*forças golpistas e reacionárias do Brasil*”.¹¹ Ao passo em que era ampliada a propagação das notícias em *O Nacional*, maior tornava-se o movimento. A ameaça de ataque ao Piratini mobilizava os gaúchos para defenderem a legalidade. *O Nacional* dava a notícia de que até uma emissora de rádio argentina já anunciava uma “invasão”, após a desobediência de Machado Lopes ao ministro da Guerra e sua substituição por Cordeiro de Farias. Para essa defesa, uma reportagem, com foto da mesma página, mostrava que a casa estaria munida de “armas antiaéreas”, pois “a ameaça vinha do céu”. A estimativa, conforme outra reportagem, seria de mais de 40 mil pessoas presentes em Porto Alegre em defesa da campanha. Elas estariam exaltando a decisão de Machado Lopes em favor da campanha e em protesto contra a substituição do mesmo por Cordeiro de Farias. Com relação a essa substituição, Machado Lopes declarava que caso Cordeiro de Farias viesse a Porto Alegre para comandar seu Exército, o mesmo seria preso.¹²

Os posicionamentos de governadores de alguns estados do Brasil também foram noticiados em *O Nacional*. Cid Sampaio, Lauro Borges e Juraci Magalhães— respectivamente, governadores de Pernambuco, de Goiás e da Bahia— posicionavam-se a favor da posse de João Goulart. Cid Sampaio, por exemplo, ofereceu sua capital para caso Jango achasse mais seguro tomar posse.¹³ Carvalho Pinto, governador de São Paulo, conferenciando com Ranieri Mazzili e Odílio Denys, pedia para que ambos fizessem o possível para evitar uma guerra civil.¹⁴ Já Ney Braga, governador do Paraná, dizia-se em favor da legalidade com a volta de Jânio Quadros. Para este, a legalidade não seria a posse de Jango, e sim o retorno de Quadros que em sua opinião tinha sofrido um golpe.¹⁵

Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul a Campanha da Legalidade era saudada pelo presidente da casa, Hélio Carlomagno, do mesmo modo que um grupo de 16 deputados foi até o congresso com a finalidade de informar a real situação do estado. No dia 28, Carlomagno elogiava a ação popular em prol da legalidade afirmando estar caindo a “democracia de fachada” através da participação da população em favor da posse de Jango.¹⁶ Em 31 de agosto era informado que um grupo de 16 deputados teria ido até Brasília desmentir as acusações de Mazzili de que os legalistas eram “rebeldes”, “comunistas” e “agitadores profissionais”. Num primeiro momento esse grupo teria sido detido, sendo liberado em seguida. Ao poderem se pronunciar, José Maria Alkmin, líder da maioria, assim se posicionou: “*Povos e Forças*

Armadas, irmanados e coesos, na defesa da legalidade constitucional, decididos a assegurar pelas armas se necessário, ao preço de sua vida, se preciso for, a posse do presidente legítimo, e mais que isso, a honra e a dignidade da Pátria".¹⁷

Outros importantes líderes políticos também manifestaram-se, como foi o caso de Juscelino Kubitschek (JK), Luís Carlos Prestes e Francisco Julião. O ex-presidente da República, JK, que na ocasião era senador, fazia um manifesto pela paz da nação, sem se posicionar abertamente pela legalidade. Em seu discurso havia apenas uma preocupação com a ordem e a normalidade em vista de uma guerra civil anunciada pela imprensa: *"Todos os processos que conduzam para fora da lei são extremamente perigosos!"*. Já o líder comunista, Luís Carlos Prestes, se posicionava em favor do movimento, alegando que o próprio Jânio Quadros havia sofrido um golpe. Para Prestes, Quadros deveria ter resistido e a normalidade só voltaria com a posse imediata de Jango: *"Protestaremos contra as tentativas de golpe militar com manifestações na rua e por todos os meios"*.¹⁸ Com relação ao líder da Ligas Camponesas, Francisco Julião, continha apenas uma pequena e curiosa informação no jornal. Anota dava conta de que Julião havia mobilizado 200 mil homens em favor da legalidade.¹⁹

João Goulart chegava ao Brasil no dia 1º de setembro de 1961. No dia seguinte foi aprovada a emenda parlamentarista com a oposição de Brizola. Utilizando-se do espaço da Cadeia da Legalidade, Brizola denunciava o fato da emenda ter sido aprovada sem plebiscito num momento de anormalidade que encontrava-se o país, transformando-se em um *"arranjo para atender as convergências de grupos que desejam ficar no poder e distribuir empregos e favores"*. O governador do Rio Grande do Sul ainda ressaltou que Machado Lopes e o III Exército compartilhavam da mesma opinião que a sua, sendo essa emenda, nas palavras de Brizola, um *"germe da infidelidade aos verdadeiros princípios democráticos"*, traíndo a vontade e a mobilização do povo. Sobre Jango, Brizola dizia que este apenas queria manter a paz nacional. Pedia para a população ficar vigilante com a segurança do presidente, já que o próprio presidente do senado, Auro de Moura Andrade, se dizia incapaz de garantir a segurança do mesmo até Brasília. Brizola avisava que se acontecesse alguma coisa com Jango o III Exército e a população estariam atentos.²⁰

Tensões Militares: o General Machado Lopes e o apoio à legalidade

Em 28 de agosto de 1961, Leonel Brizola ocupava os microfones da Rádio Guaíba em cadeia nacional, fazendo um apelo à população para que se mobilizasse em frente ao Palácio Piratini em defesa da Legalidade. Num discurso emocionado, conforme expressava *O Nacional*, o governador do Rio Grande do Sul denunciava à nação que o Ministro da Guerra, Odílio Denys,

havia se colocado em vigilância contra ele, liberando o Exército e a Aeronáutica para que tomassem as providências que julgassem necessárias contra Brizola e seus apoiadores. A informação era entregue pelo comandante do III Exército, general Machado Lopes. As ameaças iam ao sentido da deposição de Brizola e da prisão de João Goulart- que neste momento encontrava-se em Paris-, caso esse pisasse em território nacional.²¹

Como contrapartida, Brizola convocava a população para a resistência, afirmando que permaneceria na luta junto com o povo, sofrendo quais fossem as consequências. Ainda, comunicava que chamou Jango para que viesse ao território nacional tomar posse e resistir como ele, garantindo o mandato que era seu por direito, pelo qual o povo estava comprometido.²²

Ao contrário do que se esperava, o III Exército estava ao lado da Campanha da Legalidade. A posição do comando, que até então intrigava Brizola e os legalistas – denominados pelo governo central de rebeldes-, esperando de Lopes e suas tropas o pior, era definida após diretriz do Ministro da Guerra delegando ao comandante a tarefa de combater os rebeldes. Em visita feita a Leonel Brizola, Machado Lopes declarava que seu exército apoiaria o governador pelo cumprimento da constituição. O III Exército, autorizado pelo ministério da Guerra para bombardear o Piratini e combater os “rebeldes”, estava ao lado deles pela posse constitucional de João Goulart, e preservando o povo do “derramamento de sangue”.

Informando sobre a confirmação do bombardeio ao Palácio Piratini, autorizado pelo Ministro da Guerra, a reportagem de *O Nacional*, que enviou correspondente à capital, trazia em sua primeira página duas imagens sobre a manifestação popular após o chamado de Brizola. Na primeira era mostrada uma aglomeração de populares que se concentravam em frente ao Palácio, conforme solicitava o chefe do executivo estadual, numa reportagem intitulada “*Desafio ao Bombardeio*”. A imagem era apresentada no intuito de mostrar ao leitor a adesão à causa e que essas pessoas estavam lutando para defender o Piratini, não temendo aos ataques ou, como sugere o título, desafiando o bombardeio. Na segunda imagem, da reportagem intitulada “*Contra o golpe – A favor do povo*”, tínhamos na sacada do Palácio, Machado Lopes e Brizola, conferenciando à multidão ali reunida – sobre a qual a reportagem descrevia que “deliravam de alegria e aplaudiam grandemente o histórico encontro”.²³ Machado Lopes assim esclarecia seu posicionamento: “*Não cumpro ordens que impliquem em derramamento de sangue do povo*”.

Na segunda página, *O Nacional* trazia uma foto do então ministro da Guerra Odílio Denys. A imagem era apresentada com caráter intimidador mostrando à população o rosto de Denys e o responsabilizando pela crise vigente. A reportagem convidava a população para ficar

atenta às ações do ministro, estando o regime democrático em suas mãos. No dia seguinte era publicado radiograma enviado a Denys pelo comandante do III Exército:

O III Exército, perfeitamente coeso, não mais acatará as ordens emanadas de V. Excia. e está firme no propósito de manter o regime democrático e cristão, em defesa da legalidade e da constituição da República.²⁴

Como resposta, Denys exonerava Machado Lopes e todos os comandos do III Exército. No lugar de Lopes era nomeado o general Cordeiro de Farias. Além disso, o I Exército posicionava-se favorável ao ministro da Guerra, o qual definia como seu líder incontestado.²⁵

Já no dia 31, a notícia com o título “*Os comandos militares tratam os gaúchos como REBELDES*”, prestava conta ao leitor sobre os riscos efetivos de um bombardeio ao Palácio do Piratini por ordem de Denys. O Ministério da Guerra informava estar enviando uma força tarefa com Exército e Marinha para “desalojar os rebeldes”, dando prazo de oito dias aos militares favoráveis a Campanha da Legalidade apresentarem-se para não serem considerados desertores. Em seu manifesto, Odílio Denys afirmava que a posse de Jango representava perigo à nação, alegando que o vice-presidente seria comunista. A reportagem ainda expandia a denominação de comunista, complementando que Denys denominou também os sul-riograndenses de comunistas e “seguidores de Fidel Castro”, justificando “*que a nossa formação não pode conceber uma ditadura comunista que é contra os nossos mais sagrados princípios*”. Na mesma reportagem, ainda era expressa a adesão dos militares ao posicionamento do ministro da Guerra. Chefes militares teriam enviado um comunicado a Denys, dizendo falar em nome de todos os militares do país, afirmando que a classe estava ao seu lado, com exceção dos gaúchos que apoiavam Machado Lopes. O general nomeado por Denys, para assumir o comando do III Exército, Cordeiro de Farias, se dizia capaz de restabelecer a ordem no Rio Grande do Sul que era “*manobrado pelos comunistas e apoiada pelos inocentes úteis*”. Farias assumiria por conta da desobediência de seus antecessores para com os superiores. Na reportagem “*Nave de Guerra rumo ao Rio Grande do Sul*”, o jornal informava que uma Força Tarefa da Marinha seria enviada ao Rio Grande do Sul.²⁶

Na sexta-feira, primeiro dia do mês de setembro, o clima de tensão e incerteza dominava a edição do jornal. Uma das reportagens da primeira página, “*Vasculhando o espaço*”, mostrava um tenente da brigada olhando com um binóculo em direção ao céu, num gesto que, define a reportagem, simbolizaria a impressão de todos que estavam na capital, pelas proximidades do Piratini. Os legalistas estariam em alerta, temendo que viesse um ataque aéreo por ordem do governo federal.²⁷

Diversas e desencontradas eram as informações quanto às ações militares e a real possibilidade de uma guerra civil. Além da foto do tenente, duas eram as reportagens que contribuía para fortalecer esse mesmo clima de tensão. “*As medidas militares tomadas sobre a situação do país*”, informava que Cordeiro de Farias se encontrava no Rio de Janeiro, e não estabelecido em seu quartel em Curitiba, como constava em boatos; assim como afirmava que Odílio Denys não renunciaria a seu posto. Porém, a mesma nota dava a notícia de que as tropas do II Exército estariam se deslocando para o Rio Grande do Sul, conforme determinação do gabinete do Ministro da Guerra. Trazia também o contraponto de Brizola que jurava não ser o primeiro tiro disparado pelas forças legalistas, numa eventual guerra.²⁸ A terceira notícia, que seguia nesta abordagem de “alerta” para o leitor, trazia “*O Panorama nacional até a manhã de hoje*”. Nele, era informado que o 5º Distrito Naval, em São Francisco do Sul/SC, estaria preparado para agir contra os rebeldes gaúchos juntamente com o II Exército e a Marinha, bloqueando costas gaúchas. Brizola, por sua vez garantia que o III Exército mantinha o controle sobre os três estados do Sul. O Conselho de Segurança Nacional também tinha seu parecer elencado na mesma nota, informando que nenhum bombardeio fora realizado em Porto Alegre, referindo-se aos gaúchos como rebeldes.²⁹

O Nacional publicou um telegrama enviado ao general Machado Lopes por um grupo de parlamentares, informando que este era assinado por mais de cem congressistas. Lopes era cumprimentado pelo seu posicionamento face aos acontecimentos nacionais. O grupo se dizia a favor da constituição e da pátria, mantendo-se fiel à legalidade, orgulhosos das atitudes do comandante:

Para a nação, sois, hoje, como os nossos camaradas do III Exército, o símbolo da grandeza das Forças Armadas. Emocionados e orgulhosos acompanhamos a vossa atitude de defesa corajosa da Constituição, da ordem democrática e das melhores tradições de legalidade do povo brasileiro. A consciência nacional está de vosso lado e este país, amadurecido para a conquista de seu grande destino, espera confiante a solidariedade de todo o Exército à vossa posição. No Congresso Nacional, cumprindo nosso dever nos manteremos fieis ao juramento da Constituição e à luta por uma nação forte e democrática. Deus vos guarde e vos inspire a vós e a vossos camaradas. Viva o Brasil!³⁰

Na madrugada do dia 2 de setembro foi aprovada, pela Câmara, a emenda que empossou João Goulart presidente pelo regime parlamentarista de governo. Jango encontrava-se em Porto Alegre desde o dia primeiro, onde foi recepcionado por Brizola e a multidão da legalidade no Palácio Piratini. Receoso com as reações das tropas governistas, Jango não se pronunciava, sendo Brizola o orador daquela ocasião. Num discurso bastante preocupado, Brizola se dirigia ao Congresso, aos ministros militares e ao Exército, implorando para que não

houvesse “derramamento de sangue”. Na ocasião, Brizola pedia “*como pai, como esposo, como irmão, como filho, e, acima de tudo, brasileiro*”.³¹

No dia 4, já como comandante legal do III Exército, o general Cordeiro de Farias comunicava ao general Machado Lopes que qualquer luta que os soldados viessem a ocasionar seria de sua total responsabilidade. O comunicado se deu em virtude de ser noticiado que as tropas lideradas por Lopes estariam se deslocando à Santa Catarina onde, se necessário, seriam detidas por tropas da Aeronáutica, Marinha e reforços aerotransportados enviados para o local. Cordeiro de Farias denominava as suas tropas de legalistas, sendo as de Machado Lopes de rebeldes, em detrimento ao movimento liderado por Brizola. Alertando sobre o avanço dos rebeldes do Rio Grande do Sul em direção norte, o ministério da Guerra fez um comunicado oficial de que realmente estaria preparando uma força-tarefa para atacá-los. Farias acusava Leonel Brizola de mobilizar o povo e o exército contra o governo central, assim como anunciava que a situação do Rio Grande do Sul era crítica no campo de combustíveis e abastecimento de gás.³²

A posse do presidente havia sido determinada pelo presidente do senado, Auro de Moura Andrade, para a data de 4 de setembro, sendo transferida somente a pedido de Goulart. Para confirmar as expectativas da posse, era repassada a notícia da *Rádio Bandeirantes* informando a população de que Jango aceitaria qualquer proposta “*que consagrasse a volta da paz e da ordem na nação*” para sua posse.³³

Porém, a reportagem do dia 5 de *O Nacional* trazia em sua primeira página a informação de que a posse fora impedida. Jango, acompanhado de membros da imprensa, políticos, lideranças sindicais, ruralistas, estudantes e clero, teve seu voo para a capital federal impedido. Senadores e deputados, que partiriam de Brasília para Porto Alegre a fim de discutir questões referentes a composição de seu gabinete, foram também impedidos na capital federal por militares da Força Aérea Brasileira (FAB). O ministro da justiça informou que um grupo de militares planejava interceptar o voo de Jango evitando sua posse, sendo a suspensão uma medida de segurança. O suposto novo golpe dos militares era batizado de “*Operação Mosquito*”.³⁴

Em referência ao golpe em curso, o presidente do senado em sessão extraordinária comunicava que o presidente interino, Ranieri Mazzili, retirava as garantias de segurança para o desembarque de Jango, afirmando que os membros da FAB haviam se rebelado num ato para impedir sua posse, interceptando o avião. Em oposição à afirmação de Mazzili, o Estado Maior da Aeronáutica desmentia esta informação, sustentando que a FAB obedecia de forma coesa o

ministro Grum Moss, e que a notícia teria a intenção unicamente de “*desmoralizar a Força Aérea brasileira*”.³⁵

Mais notícias desta data deixavam com maior receio o leitor que acessava a edição de *O Nacional*. Era informado que a cidade de Florianópolis se encontrava sob proteção da Marinha de Guerra, por ordem do governo federal. Segundo a notícia, o III Exército avançava até a capital catarinense para tomar a cidade, estando as forças do governo central concentradas ali para defender a capital, protegendo a população. Em outra reportagem da mesma página, informava o leitor que o general Machado Lopes determinava o deslocamento das forças do III Exército para o estado de Santa Catarina, com todos os meios de condução. Conforme era noticiada, as cidades de Florianópolis, Joinville, Blumenau e Laguna, experimentavam momentos de muita tensão, pois estacionavam tropas. A possibilidade de calma só era anunciada com a aprovação da emenda parlamentarista. No título *Panorama Nacional*, o jornal anunciava que uma tropa do 19º Regimento de Infantaria de São Leopoldo avançava cada vez mais no território catarinense, ao mesmo tempo em que informava ao leitor que o clima em Santa Catarina era de normalidade, em razão das tropas do III Exército estarem recuando.³⁶ Sobre as ordens de Porto Alegre, um dia antes da posse de Jango, *O Nacional* afirmava que o III Exército não estaria sob o comando de Machado Lopes, e sim de Brizola. A reportagem propunha que Lopes encontrava-se subordinado ao governador, sempre indagando ao chefe do executivo sobre suas decisões com relação ao estacionamento de tropas em Santa Catarina.³⁷

João Goulart tomou posse como presidente da república no simbólico sete de setembro, na capital federal, não sendo necessárias alternativas como a transferência da posse para Porto Alegre. Na edição do dia seguinte de *O Nacional* era repercutido o evento com pouca menção aos acontecimentos e autoridades militares. Apenas duas notas eram emitidas dentro do espaço *Últimos telegramas*. A primeira era sobre a situação do Ministro da Guerra, ora alcunhado como responsável da crise, Odílio Denys. Denys pedia demissão, mudando-se para o Rio de Janeiro sem dar nenhuma declaração à imprensa. O destino dos demais ministros militares também não estimava que permanecessem em seus postos (como de fato, não permaneceram). O outro ponto mencionava os três generais do III Exército, Machado Lopes, Oromar Osório e Pery Bevilaqua. Os três que outrora foram declarados por Denys como desertores tinham essa ordem indeferida.³⁸

Somente no dia 13 de setembro foi exposta em *O Nacional* uma nova menção a autoridades militares. A reportagem intitulada “*Só o tempo tem o direito de JULGAR NOSSOS ATOS*”, trazia o manifesto do general Machado Lopes frente ao novo Ministro de Guerra, já no governo Jango, Segadas Viana. Prestava-se conta que era previsto para o dia seguinte o retorno

de Lopes a Porto Alegre. O comandante não emitia opinião alguma favorável ou não com relação ao seu posicionamento diante da crise de 1961. Apenas fazia uma ressalva: “*Não devemos julgar, sem ser julgados, porque só o tempo tem esse direito de julgar nossos atos*”. A reportagem se encerrava comunicando que, em 24 de outubro, o general, o III Exército e Brizola seriam homenageados em Porto Alegre pela Campanha da Legalidade com um churrasco para cinco mil pessoas.³⁹

João Goulart: até a posse

O regresso de João Goulart ao Brasil ocupava espaço em toda imprensa. Jango, que se encontrava na China quando da renúncia de Jânio Quadros, recebia as notícias de seu país, tendo conhecimento da crise que o esperava, assim como da ameaça de prisão que se voltava contra ele por parte dos ministros militares. Nesse clima de incerteza, a volta de Jango ao Brasil ganhava destaque na imprensa através da especulação de quando o presidente retornaria e o que ocorreria com sua chegada. Além da incerteza que rondava a renúncia de Jânio Quadros, o regresso de Goulart gozava de muitas interrogações. Havia os que apostavam na prisão de Jango, instaurando-se um regime não democrático. Os que defendiam que Goulart deveria renunciar em solidariedade a Jânio Quadros. A imprensa propagava diariamente a possibilidade de uma guerra civil. A cadeia da legalidade estava mobilizada para defender a posse do presidente. Muitas eram as expectativas quanto ao retorno do homem que viajaria como vice-presidente, recebendo de surpresa em sua volta o cargo de presidente da república, conforme previsto na constituição de 1946, e uma crise político-militar que colocava em cheque justamente este cargo que ainda nem tinha assumido.

O Nacional noticiava na primeira página do dia 29 de agosto que a imprensa colombiana estaria repercutindo a crise política instalada no Brasil. Pessimista com relação ao retorno de Jango, a reportagem anunciava que o exército impediria sua posse. Mais que isso, a presença de Goulart “*pode ser a chispa que fará explodir o barril de pólvora*”, aludindo que a mesma decretaria uma guerra civil.⁴⁰ Receoso com a situação também estava o correligionário político, e importante liderança do PTB, San Tiago Dantas. Dantas havia pedido para que Jango esperasse as coisas se acalmarem no Brasil para retornar. Era dada conta de que Jango se recusaria esperar, tomando posse em Porto Alegre, se impedido fosse na capital federal.⁴¹

O dia 30 de agosto de 1961 trouxe uma série de notícias envolvendo a vinda de João Goulart ao Brasil. Na reportagem intitulada “*João Goulart regressaria hoje para assumir o governo*”, era informado que Goulart encontrava-se em Paris, indo diretamente para o Brasil em lugar desconhecido. Conforme a notícia, Gilberto Mestrinho e Parsival Barroso, governadores do

Amazonas e do Ceará, respectivamente, manifestavam-se à população clamando apoio e exigindo a posse de Jango. A notícia ainda informava que o arcebispo de Brasília se encontrava solidário com Jango, oferecendo proteção ao presidente caso esse fosse o desejo do povo. Ao mesmo tempo, Brizola assinava a ordem de mobilização geral para o Rio Grande do Sul em defesa da legalidade e seus anseios, que assegurariam a proteção do Palácio Piratini e a garantia da posse de João Goulart. Na mesma página, outra notícia confirmava que João Goulart estaria em Nova York. A confirmação era feita pela TV Bandeirantes, que também afirmava que Jango partiria para Buenos Aires. Utilizando-se de termos como “substituto legal de Jânio”, “presidente de direito” e “presidente constitucional”, numa tentativa de legitimar Jango perante o leitor, era comunicado o estado de espírito em que o presidente se encontrava. Segundo a reportagem, Jango encontrava-se “sereno” buscando a melhor solução para assumir seu posto e encerrar com a crise institucional alastrada no país. Em sua opinião, a posse seria a tal solução pacífica para acalmar as forças em oposição.⁴²

Na edição seguinte era noticiada a passagem de João Goulart pelos Estados Unidos. Duas reportagens de *O Nacional* davam conta de informar ao leitor o quanto João Goulart fora bem recebido no país, que era líder do bloco capitalista no conflito bipolarizado, constando mais uma vez discursos que seguiam na tentativa de legitimar junto com seu público a condição de presidente de Goulart. A reportagem intitulada “*O presidente constitucional do Brasil recebido com honras militares nos Estados Unidos*”, conferia essa legitimidade a Jango. Referindo-se ao mesmo como presidente constitucional do Brasil, era elencado que João Goulart fora “*recebido com honras militares devidas a um chefe de nação amiga, como é o Brasil*”. Podemos perceber a importância dada na edição em afirmar um bom relacionamento do presidente com os Estados Unidos. A ideia iria ao contrário do que os opositores e golpistas julgavam Jango pela alcunha de comunista. Demonstrar estreitamento com os Estados Unidos também poderia ser compreendido como um “álibi” a Jango, com relação às acusações de ser comunista. Sendo amigo da nação norte-americana, logo não estaria do lado comunista da guerra.⁴³ Em Nova York, indagado por jornalistas se iria assumir a presidência, Jango assim se manifestava: “*Assumirei o governo por um dever, fiel a constituição*”. Saudando estadunidenses e brasileiros ali presentes, Goulart também desconversava se iria seguir com a política externa de Jânio Quadros.⁴⁴

Ainda no dia 31, *O Nacional* informava ao leitor sobre a rejeição dos ministros militares a posse de Jango. Silvio Heck (Marinha), Odílio Denys (Guerra) e Grum Moss (Aeronáutica) manifestavam-se na contramão da vinda de Goulart ao Brasil alegando que “*a presença de Jango no poder, constitui um incentivo à agitação, perturbando as instituições, com prejuízos*

aos trabalhadores da cidade e do campo”. Para a legitimação de seus discursos, os mesmos recorriam a eventos do passado de Jango, os quais consideravam perigosos. O problema de Goulart seria sua atuação como Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, e as viagens feitas a países soviéticos e à China comunista quando fora vice-presidente. Em contraponto a ideia dos ministros, também era veiculada reportagem que garantia que o congresso seria “fiador” da posse de Goulart como presidente da república. Na data era informado pelo presidente do senado, Auro de Moura Andrade, que havia 355 parlamentares presentes no congresso, os quais não autorizariam modificações na constituição para impedir que Goulart fosse empossado.⁴⁵

A chegada de Jango ao Brasil gozava de grande ansiedade por parte dos legalistas e da imprensa. Desembarcara primeiramente em Montevideú, no dia 31 de agosto, onde era aguardado por populares, imprensa e políticos. Na ocasião, Jango reiterava que tomaria posse, esperando que as instituições e autoridades se comportassem conforme determinava a situação. A reportagem de *O Nacional* admitia a possibilidade de Goulart tomar posse em Porto Alegre de onde formaria seu ministério. Na sequência, outra reportagem dava conta que o presidente já se encontraria em Buenos Aires, no dia 1º de setembro, de onde rumaria para o Brasil no mesmo dia. Jango era escoltado por mais de mil militares para a sua segurança, e aguardado por políticos brasileiros com os quais conferenciaria. A possibilidade do parlamentarismo já era discutida naquela data nas páginas de *O Nacional*. Na coluna “*Últimos telegramas*” informava-se que Jango conferenciava com Brizola, especulando-se sobre a viabilidade do governador do Rio Grande do Sul acatar o novo regime. Os argumentos com os quais tentavam convencer Brizola demonstravam que o parlamentarismo seria a solução do momento para garantir a posse do presidente e o final da crise, deixando para o futuro outras definições quanto à condições de governabilidade que contemplassem os diversos setores.⁴⁶

João Goulart, enfim, chegava a Porto Alegre no dia 1º de setembro de 1961, tendo grande recepção por parte dos manifestantes que o aguardavam nas proximidades do Palácio Piratini e que lutavam pela sua posse desde a notícia da tentativa de golpe. Na madrugada do dia 2, rapidamente a câmara já aprovava a emenda parlamentarista, conforme a reportagem, por 233 votos a 55, sendo informada a data de posse para o dia 4.⁴⁷ Na data que era estimada sua posse, já era informado o adiamento para o dia seguinte onde Jango deveria indicar o primeiro-ministro para ser votado no congresso. O cancelamento seria a pedido do Ministro das Relações Exteriores, por causa de modificações no cerimonial da posse. Na ocasião, o presidente desmentia os boatos de que já teria assumido a presidência em Porto Alegre.

Também era informado que os ministros militares teriam entrado em acordo sobre a aceitação do parlamentarismo, não tendo ninguém para indicar, comprometendo-se em respeitarem a posse. O presidente da câmara, Ranieri Mazzili pedia a Leonel Brizola para que suspendesse qualquer ação militar até a posse do presidente. Também era noticiada a ida de deputados federais dos diversos partidos até Porto Alegre, para discutirem com João Goulart sobre a composição de seu ministério. Teriam entrado num acordo pela composição feita com três ministros do PSD, dois do PTB, dois da UDN (União Democrática Nacional), e os demais cargos restantes seriam distribuídos a partidos menores. Ao PSD era confirmada a chefia do gabinete, sendo cogitados os nomes de Auro de Moura Andrade, Tancredo Neves e Amaral Peixoto para ocupar o cargo de Primeiro-Ministro.⁴⁸

A notícia sobre a “Operação Mosquito” mais uma vez ganhava as páginas de *O Nacional*. Na hipótese do impedimento da posse de Goulart sendo seu voo capturado a mando dos ministros militares, mesmo que ambos afirmassem respeitá-la, era mais uma vez informado que o presidente tomaria posse em Porto Alegre a partir de um esquema montado pelo presidente do senado contra o desfecho da suposta operação.⁴⁹

Conspirações à parte, Goulart chegava em Brasília no dia 5, sendo sua posse adiada para o feriado do dia 7 de setembro. Recepcionado por diversas autoridades, pela imprensa do mundo todo e pelas massas populares, partira para o Palácio da Alvorada, reunindo-se com a bancada do PTB no Congresso e líderes dos demais partidos a fim de discutirem, conforme era noticiada, as designações do primeiro-ministro e todo gabinete. Os três ministros militares fizeram-se ausentes.

Certa reformulação política visando aglutinar todos os partidos em um grande bloco para que todos fizessem parte do gabinete também era informada pela imprensa. Cogitava-se, inicialmente, que Jango indicaria o presidente do senado para o cargo de primeiro-ministro. Entre as informações sobre a vida pessoal do presidente - as quais constavam que sua esposa, Maria Tereza Goulart e seus filhos, encontravam-se na Espanha até o total controle da crise -, uma nova pauta era divulgada na mesma reportagem: a volta do presidencialismo. *O Nacional* informava que Jango tinha a intenção de, nos dias seguintes a sua composição ministerial, já enviar para o congresso uma emenda propondo um plebiscito para que a população opinasse sobre o regime de governo, onde seria decidido pela população entre a permanência do parlamentarismo e o retorno do presidencialismo.⁵⁰

João Belchior Marques Goulart assumia finalmente a presidência da república, na tarde de 7 de setembro de 1961. Para a chefia de seu ministério fora nomeado Tancredo Neves. Em

seu discurso, o presidente comprometia-se com a ordem constitucional lembrando que assumira por vontade do povo. Referindo-se ao povo brasileiro como um defensor da lei, da ordem e da democracia, prestava conta à população de que fizera de tudo para que não fosse derramado sangue do povo em seu favor. Afirmava que em seu governo seriam asseguradas todas as liberdades públicas, defendendo “*a independência do Brasil, a grandeza nacional e a felicidade do povo brasileiro*”.

Considerações Finais

Observamos em *O Nacional* uma abordagem favorável ao movimento liderado por Leonel Brizola pela posse de João Goulart, que foi denominado pela historiografia de Campanha da legalidade. Aos olhos das forças que utilizavam o poder central para tentar impedir que Jango assumisse, prevalecia com veemência o discurso de que os legalistas eram rebeldes, comunistas, agitadores profissionais, sendo usada a justificativa anticomunista para legitimar seus atos à população. Procurava-se, por parte deste lado, construir uma representação de normalidade num primeiro momento, e quando essa não era mais possível, responsabilizavam-se os “rebeldes” pela desordem e pela guerra civil que poderia ocorrer conforme a mídia alarmava. Assim, buscavam também elevar Machado Lopes e seu exército à condição de irresponsáveis e desobedientes, sendo as tropas que representavam o governo interino as legalistas por serem oficiais.

Do outro lado encontravam-se os legalistas, que clamavam pela posse de Jango, estando amparados pela constituição de 1946 que determinava, de fato, que a atitude fosse essa diante de situação como a ocorrida em 25 de agosto de 1961. Para os legalistas, o outro lado da força era composto por golpistas, que pretendiam dar um golpe na constituição para instalar ditaduras em nome de seus interesses na desculpa do anticomunismo. A própria emenda parlamentarista, criada às pressas num momento em que o país se encontrava em condições anormais, seria um golpe na constituição. Isso pelo fato de que, Quadros e Goulart haviam sido eleitos para governarem sob o regime presidencialista.

A grande adesão popular à Campanha da legalidade foi garantia do sucesso deste movimento. A imprensa ligada a cadeia da legalidade se consolidara como um importante agente para essa mobilização, propagando as ideias do grupo, não permitindo que ocorresse o golpe, mesmo que a emenda parlamentarista fosse assim considerada diante desse posicionamento. Conforme observamos em *O Nacional*, que se posicionava abertamente favorável a legalidade, esta imprensa conquistava a opinião pública para esse lado do conflito. A mesma desmentia os

boatos de que Goulart seria comunista, criando discursos que comprovassem seu estreitamento de relações com o bloco capitalista, querendo ter Jango apenas relações pacíficas com os dois lados da Guerra Fria. Desse modo, mobilizava a população em defesa do Palácio Piratini e da legalidade, construindo junto ao público gaúcho a ideia da necessidade de se lutar para defender um patrimônio de seu estado, fazendo da Campanha um movimento sul-riograndense.

Somado a isso, *O Nacional* denunciava as tentativas de golpe e informava toda a população sobre o clima e a ameaça de uma guerra civil, não deixando que os golpistas agissem despercebidos. Almejando provar ao leitor de que o movimento era legítimo e necessário, criava-se uma imagem heroica do exército de Machado Lopes, que estava impedindo o “derramamento de sangue” numa guerra civil anunciada alarmantemente por essa mesma imprensa, que quase fora de fato consumada. Quanto mais aumentava a repercussão sobre o movimento, maior era a adesão. Nota-se também, por parte dos legalistas, a falta de temor diante da estimativa de uma guerra, mesmo conhecendo seus reais riscos. A população civil encontrava-se fervorosa pela legalidade sem temer aos ataques, pondo suas vidas em risco se o conflito fosse concretizado. Mesmo diante da incerteza da volta de Jango, que fora alvo de muita especulação diariamente, a maioria da população decidia rejeitar qualquer alternativa que não a posse do mesmo, desautorizando o golpe.

Para concluir, cabe destacar a reprodução da imagem do gaúcho “bravo” e “heroico” (denominação dada pelo jornal) criado para afiançar o apoio à legalidade. Tanto nos discursos de Brizola e seus apoiadores oficiais, quanto da imprensa, os sul-riograndenses eram chamados para defender seu estado. Muitas notas davam conta do sentimento de patriotismo que movia a população, remetendo sua coragem a dos seus mitos farroupilhas. Seria dessa forma que a população gaúcha desenvolvia essa suposta altivez. Conforme *O Nacional*, os sul-riograndenses, encontravam-se mobilizados para defender seus maiores símbolos, entendendo estarem defendendo também sua História e sua honra. Acreditavam ser os grandes “salvadores” da nação do suposto golpe.

Referências Bibliográficas

BATISTELLA, Alessandro (Org.). *O golpe civil-militar de 1964 no Sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2014.

BENEVIDES, Maria Victória. *O Governo Jânio Quadros*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1. 90p.

BENVEGNÚ, Sandra M. *Décadas de poder: O PTB e ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*/ Sandra Mara Benvegnú. -2006. 261 f.

BERTOL, Sonia; FROSI, Fabíola. O surgimento da Mídia impressa no município de Passo Fundo: Os primeiros 50 anos. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua História: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 135-154.

BOMBARDELLI, Maura. *Por um trabalhismo autêntico: A cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do movimento Trabalhista Renovador (1959-1960)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

BRANDALISE, Carla; BOMBARDELLI, Maura (Orgs.). *Fernando Ferrari: perfil biográfico, discursos no Parlamento gaúcho e imagens (1947-1951)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

CHARAUDAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. 2. ed. São Paulo: LTR, 2011. 280p.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, v.3.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964. Momentos decisivos*. Rio de Janeiro : FGV, 2014.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política*. São Paulo : Paz e Terra, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2ªed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. Brizola e o Trabalhismo. In FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. *A razão indignada. Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 181-206

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impresas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. 2002. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ZICMAN, Renée Barata. *História através da imprensa- algumas considerações metodológicas*. Projeto História: São Paulo, n. 4, jun. 1985.

¹ *O Nacional*, 28/08/1961, p. 4.

² *O Nacional*, 28/08/1961, p. 4.

³ *O Nacional*, 28/08/1961, p. 1.

⁴ *O Nacional*, 28/08/1961, p. 1.

⁵ *O Nacional*, 28/08/1961, p. 1.

⁶ *O Nacional*, 28/08/1961, p. 4.

⁷ *O Nacional*, 28/08/1961, p. 4.

⁸ *O Nacional*, 30/08/1961, p. 3.

⁹ *O Nacional*, 29/08/1961, p.4.

¹⁰ *O Nacional*, 02/09/1961, p. 1.

¹¹ *O Nacional*, 30/08/1961, p. 3.

¹² *O Nacional*, 31/08/1961, p. 1.

¹³ *O Nacional*, 28/08/1961, p. 1.

¹⁴ *O Nacional*, 31/08/1961, p. 4.

¹⁵ *O Nacional*, 30/08/1961, p. 3.

¹⁶ *O Nacional*, 29/08/1961, p. 4.

-
- ¹⁷ *O Nacional*, 31/08/1961, p. 4.
¹⁸ *O Nacional*, 29/08/1961, p. 2.
¹⁹ *O Nacional*, 01/09/1961, p. 1.
²⁰ *O Nacional*, 04/09/1961, p. 2; p. 4.
²¹ *O Nacional*, 28/08/1961, p. 1.
²² *O Nacional*, 29/08/1961, p. 1.
²³ *O Nacional*, 29/08/1961, p. 1.
²⁴ *O Nacional*, 29/08/1961, p.2.
²⁵ *O Nacional*, 30/08/1961, p. 1.
²⁶ *O Nacional*, 31/08/1961, p. 1.
²⁷ *O Nacional*, 01/09/1961, p. 1.
²⁸ *O Nacional*, 01/09/1961, p. 1.
²⁹ *O Nacional*, 01/09/1961, p. 4.
³⁰ *O Nacional*, 01/09/1961, p. 1.
³¹ *O Nacional*, 02/09/1961, p. 1.
³² *O Nacional*, 04/09/1961, p. 1.
³³ *O Nacional*, 02/09/1961, p. 1.
³⁴ *O Nacional*, 05/09/1961, p. 1.
³⁵ *O Nacional*, 05/09/1961, p. 1.
³⁶ *O Nacional*, 05/09/1961, p. 1.
³⁷ *O Nacional*, 06/09/1961, p. 3.
³⁸ *O Nacional*, 08/09/1961, p. 1.
³⁹ *O Nacional*, 13/09/1961, p. 1.
⁴⁰ *O Nacional*, 29/08/1961, p. 1.
⁴¹ *O Nacional*, 28/08/1961, p. 1.
⁴² *O Nacional*, 30/08/1961, p. 4.
⁴³ *O Nacional*, 31/08/1961, p. 1.
⁴⁴ *O Nacional*, 31/08/1961, p. 4.
⁴⁵ *O Nacional*, 31/08/1961, p. 4.
⁴⁶ *O Nacional*, 01/09/1961, p. 1.
⁴⁷ *O Nacional*, 02/09/1961, p. 1.
⁴⁸ *O Nacional*, 04/09/1961, p. 1.
⁴⁹ *O Nacional*, 05/09/1961, p. 1.
⁵⁰ *O Nacional*, 06/09/1961, p. 1.